

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII



1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

Existe em Portugal um senso comum generalizado, desde o século XIX, em torno dos Descobrimentos. Quase sempre sem o mínimo sentido crítico sobre o que eles constituíram para “os outros”. Se há uns anos se celebrava a glória do império, hoje a correcção política pós-integração europeia obriga ao elogio da vertente “encontro de culturas”. Esta expressão, em si positiva, é no entanto usada como um fetiche. É uma expressão a que não corresponde nenhum conteúdo. Basta ter visto uma exposição promovida pela Igreja Católica, intitulada... “Encontro de Culturas”: um panegírico do sofrimento dos missionários às mãos de algozes selvagens. Nela não havia nada sobre “encontros”, sobre qualquer coisa das outras culturas que os missionários tivessem aprendido, incorporado e trazido de volta. Na base de uma mentira, perpetuava-se a ideia de uma qualquer superioridade, mascarada com a falácia da vocação universalista.

Na televisão (na do Estado, não da Igreja) passa uma série chamada Gente Remota, estranhamente elogiada pelos críticos. Diz-se documental, mas não passa de reportagem. Está cheia de olhares turísticos, de vozes “off” declamando textos gongóricos, de mau gosto e péssima sintaxe; sem plurivocalidade, só dá a voz a meia dúzia de relíquias que, em paragens exóticas, falam português, e deleita-se sempre que há traços de “presença portuguesa”. Do sentido contrário, o de lá para cá — nada. Gente Remota devia ir às obras do metro, ouvir de viva voz o que têm os guineenses a dizer sobre a sua vida. Então sim, seria um documentário.

Os descobrimentos tiveram como resultado a criação dos países mais pobres do mundo e uma guerra eterna? Não faz mal. Em nome de uma invenção cultural, tudo vale, até falar em encontro de culturas — se for essa a expressão da moda. Do mesmo modo que, em nome de um progresso fontista, uma barragem é melhor do que umas gravuras que não falam de Portugal; uma ponte mal localizada é melhor do que a preservação ecológica, coisa de bichos e plantas; uma emigração que envia cheques não é celebrada como “gesta” e “encontro de culturas” porque é feita de subjugados e não de subjugadores; e os imigrantes dos PALOP não são agentes de encontro cultural, mas mão-de-obra.

No meio desta tristeza, valham-nos os estudantes de Foz Côa e as associações ecologistas (não o oportunismo de Mário Soares com a ponte), e os brasileiros e cidadãos dos PALOP que se estão nas tintas para nós. É que, a continuarmos a iludir-nos, seremos nós que não passaremos de gente remota.

COMPROMISSO COM O CÔA*

por

Vítor Oliveira Jorge

Desde 1989 que trabalho em Vila Nova de Foz Côa, apoiando a minha mulher e colega, Susana Oliveira Jorge, na direcção das escavações de um dos mais notáveis povoados pré-históricos de Portugal: o do Castelo Velho, na freguesia de Freixo de Numão. Trata-se de um sítio com muralhas e bastiões, que fica num esporão de onde se avista uma vasta paisagem, para sul, incluindo a Serra da Marofa e, evidentemente, o “canyon” do Côa. A grandiosidade e nobreza daquela paisagem, nas cambiantes por que vai passando ao longo das estações e dos dias, marcam uma pessoa para sempre. Por vezes, ao fim da tarde, a vila de Foz Côa brilha silenciosamente, enquanto a noite já se anuncia nas pregas arredondadas do xisto, acentuando-as sensualmente, a perder de vista. Trabalhámos ali muitos dias até ao pôr do sol, com razões científicas muito fáceis de enunciar, mas no fundo motivados por algo de mágico que existe nestes lugares; quando a nossa equipa, na pressa de tomar banho e de comer, nos abandonava, sentávamo-nos nas muralhas, como que impossibilitados de partir. Precisávamos talvez de nos despedir do dia, quando as palavras e os risos se afastavam para longe. Ainda assim aconteceu no último mês de Setembro, durante o qual visitámos de novo as pedreiras do Poio, onde se extrai um xisto negro, em placas, e de onde se avista o Côa e o paredão da ensecadeira da projectada mega-barragem. Estávamos longe de imaginar que ali em baixo, nas fragas xistosas situadas a poucas centenas de metros, começava um dos maiores e mais antigos complexos artísticos do mundo.

É certo que já em 1991, alertados por Francisco Sande Lemos, da Universidade do Minho (autor da parte patrimonial do Estudo de Impacto Ambiental realizado em 1990), havíamos procurado vestígios de arte pré-histórica no vale do Côa, no troço fronteiro à aldeia de Algôdres, já no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Tratava-se de abrigos com pinturas esquemáticas, antropo-

* Publicado na brochura *A Phala*, Lisboa, Assírio & Alvim, n.º 43, Março 1995. O texto original sofreu pequenas adaptações.

morfos e zoomorfos, que aquele colega nos disse ali existirem, e que podiam integrar-se no contexto arqueológico do Castelo Velho (Idades do Cobre e do Bronze, ou seja, 3º e 2º milénios antes de Cristo). Mas foi apenas num intervalo curto das escavações, uma tarde abafada de sábado, sem guia local, e tão só com um mapa genérico, fornecido por aquele colega, por orientação. Alguns dos elementos da equipa iam tendo um ataque de exaustão. Mas o momento inolvidável — que aliás registei em filme — deu-se quando, cansados no fundo do vale, entre apertadas paredes graníticas, com a suspeita de estarmos sob vigilância das escondidas pinturas, parámos para mergulharmos os pés na água. As plantas, os peixes e as aves, bem como os blocos rochosos, eram os nossos únicos companheiros naquele perdido lugar. Tive a consciência de estar num dos sítios mais belos de Portugal, um dos poucos locais onde ainda se pode escutar o silêncio. Dava vontade de ficar ali, de mergulhar na água e de nos confundirmos com ela, de liquefazermos o nosso corpo e a nossa consciência, de voltar a ser fluído e de transcorrer, de novo em paz com a natureza de que fazemos parte. Nesse dia o rio transfigurou o nosso rosto, criámos mutuamente um compromisso, lamentámos também ter de ir embora, sem data de volta marcada.

Compensá-vamos da tristeza de que aquela área seria inundada um dia, a ideia de que uma equipa de prospecção do IPPAR faria a necessária batida de terreno exaustiva, inventariando tudo, registando tudo, publicando os seus resultados para benefício da comunidade. Por isso foi com grande interesse que escutei a comunicação de Nelson Rebanda, em Maio de 1993, nas V.^{as} Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses em Lisboa, dando conta das suas prospecções na área. Falou do Plano Arqueológico do Côa (PAC), que resultara de um acordo entre o IPPAR e a EDP, e que visava estudar arqueologicamente toda a área da futura albufeira resultante da barragem, a implantar a c. de 2,4 km. da foz do Côa. Tal albufeira atingiria a cota de 230 m., e abarcaria territórios dos concelhos de V.ª N.ª de Foz Côa, Figueira de Castelo Rodrigo e ainda Pinhel. Tanto quanto os apontamentos tirados na altura me recordam, referiu-se à existência de abrigos com arte rupestre junto da área da futura barragem, a um outro abrigo também com vestígios “artísticos” em Almendra, perto de pedreiras, num tributário do Côa, e à existência, no vale da Ribeirinha, afluente da margem direita do rio, de pinturas esquemáticas a vermelho (mais concretamente a um antropomorfo) semelhantes às do abrigo da Fonte Santa, em Lagoaça, Freixo de Espada-à-Cinta. E, já a concluir a sua comunicação, onde também se referiu a vários povoados pré-históricos, mencionou “conjuntos rupestres detectados na zona da construção da barragem”, que apenas abordaria na publicação das Actas. Infelizmente, estas, já editadas por aquela Associação, não contêm a comunicação do autor.

Quando preparávamos o 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (realizado

no Porto, Faculdade de Letras, em Outubro de 1993) recebemos uma proposta de trabalho a ser apresentado ao mesmo Congresso por aquele arqueólogo, intitulada “Arte rupestre da Bacia Média do Douro”. O seu resumo era sucinto (vem publicado no respectivo “Livro-Guia”, p. 74, e neste vol. VIII de Actas): “Efectua-se um balanço sobre arte rupestre na Bacia Média do Douro à luz das descobertas realizadas nos últimos anos, especialmente desde 1980.” E acompanhavam-no três palavras-chave: “Gravura rupestre. Pintura rupestre. Sub-naturalismo.” Seleccionado como “poster” pela Comissão Científica do Congresso, e apesar de não ter sido apresentado na altura, este trabalho poderia ainda ter sido publicado neste VIII e último vol. das Actas, à semelhança de outros “posters” ou comunicações apresentados no Congresso, ou como elemento deste “Dossier”.

Totalmente ignorantes de que no Côa existia arte paleolítica, foi grande o nosso espanto quando, nos inícios de Novembro de 1994, fomos confrontados com a notícia pública deste grande achado, sem dúvida uma das mais importantes descobertas da história da Arqueologia portuguesa. Recordámo-nos imediatamente dos trabalhos conduzidos pelos nossos colegas espanhóis da Universidade de Alcalá de Henares e do Museu de Salamanca (Rodrigo de Balbín Behrmann, Manuel Santonja e colaboradores) no vale do rio Águeda, para norte de Ciudad Rodrigo, a escassos 50 km do Côa. Os primeiros resultados desses trabalhos já haviam sido publicados em 1991 e 1992, em Espanha e França. Nós próprios, com outros colegas, tínhamos revelado ao mundo científico, nos inícios dos anos 80, as gravuras animalísticas de Mazouco, também paleolíticas, a uns escassos 30 Km do Côa, hoje mundialmente famosas. Curiosamente, a cronologia genérica que indicávamos para estas últimas — entre os estilos III e IV de Leroi-Gourhan, ou seja, em torno de há 16.000 anos — é basicamente a que aqueles estudiosos espanhóis apontam para o complexo de Siega Verde, no vale do Águeda. Só que enquanto em Mazouco existe apenas meia dúzia de figuras, dominadas por um belíssimo cavalo (a maior parte deve ter ficado sob as águas do Douro), e em Siega Verde se contaram, até hoje, c. de 550 gravuras paleolíticas, no Côa existem vários núcleos, dispersos por uma área de talvez uns 10 km ou mais, contendo, quiçá, vários milhares de figuras. Além disso, e na opinião dos nossos colegas espanhóis, as imagens que puderam ver no dia 29 de Janeiro de 1995, na Quinta da Barca, na ribeira de Piscos e na Canada do Inferno parecem sugerir uma cronologia um pouco mais antiga do que a de Siega Verde.

O estudo, preservação e conservação do complexo de arte paleolítica de ar livre do Côa abrem uma nova era da compreensão e valorização da arte paleolítica, até aqui maioritariamente conhecida em grutas, e portanto, em muitos casos, praticamente invisível (por razões de segurança) pelo grande público. Constitui pois o Côa um património mundial de incalculável valor, histórico, educativo, turístico, e portanto também económico. Ele pode ser visto e usufruído, é um

valor democrático. Veio tarde ao nosso conhecimento. Está em perigo. Mais uma razão para nos unirmos, foz-coenses, portugueses e cidadãos do mundo, em sua defesa. Como se a um familiar muito querido surgisse de súbito a ameaça de uma doença má — alguma pessoa bem formada olharia a dinheiro ou a esforços para a tentar debelar? Não percamos o Côa, não percamos a memória do mundo, não percamos a nossa alma.

O nosso movimento em salvaguarda do Côa não é conduzido contra nada nem contra ninguém. Não somos fundamentalistas de nenhuma causa. Mas temos uma ética e uma ideia de cidadania. Esses são valores que não alienaremos. Esse o nosso compromisso, a única razão que nos move. Que as gravuras do Côa, valorizadas e integradas em circuitos de visita, continuem a mirar o silencioso correr das águas, como desde há quase 20.000 anos. Para prazer da nossa geração e de todas as gerações vindouras. Esse usufruto da beleza não é um luxo, é fonte de bem-estar, única verdadeira razão para estar vivo. E não só é compatível com o desenvolvimento, como é o grande motor do modelo de progresso que se avizinha. Defender o Côa é também defender um futuro para o interior do país.

É por isso urgente parar obras que — sabemo-lo agora — gastam o nosso dinheiro e põem em risco o nosso património, e sentar a uma mesma mesa técnicos e cidadãos capazes de estudar e de implementar uma solução para este tão grave problema nacional.

Porto, Fevereiro de 1995



Conjunto de arqueólogos portugueses e espanhóis observando os painéis da Ribeira dos Piscos em Janeiro de 1995. Foto V. O. Jorge



Paul Bahn (Inglaterra), Angelo Fossatti (Itália) e Susana O. Jorge em Foz Côa, perto das obras da barragem, Fevereiro de 1995. Foto V. O. Jorge.